

ADUNIOESTE**SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE**
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)www.adunioeste.org.br**GOVERNO BETO RICHA QUER IMPLANTAR META 4
EM TODAS AS UNIVERSIDADES**

O Governo Beto Richa, por meio do Secretário Chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, encaminhou no último dia 27 de abril, ofício aos reitores das universidades estaduais (UEL, UEM, UEPG, Unicentro e Unioeste) comunicando deliberação da Comissão de Política Salarial. Tal deliberação é mais uma grave afronta à autonomia das universidades e aos direitos dos servidores docentes e técnicos.

A deliberação da Comissão de Política Salarial, presidida pelo secretário Rossoni, pretende enquadrar as universidades no Sistema RH META 4. Na prática o governo pretende retirar a autonomia de tais universidades para processar internamente as suas folhas de pagamento. Se implantado o META 4, a folha de pagamento das cinco universidades passarão a ser processadas em Curitiba. O problema fundamental não está em processar a folha em Curitiba. O problema é que o governo tem utilizado tal Sistema (META 4) como forma de restringir direitos dos servidores docentes e técnicos nas universidades que já utilizam o META 4, como é o caso da Unespar e da UENP. Nessas universidades, o governo estadual desde o início deste ano **não tem implantado progressões e promoções** e tem criado dificuldades para a concessão do TIDE aos docentes. Em síntese, o governo usa o Meta 4 para diminuir os custos com a folha de pagamento suspendendo os direitos dos servidores públicos. Nessas duas universidades, há casos de colegas docentes que concluíram o doutorado no início do ano e continuam recebendo o salário de mestre. Há outros que foram aprovados em avaliação de desempenho e não foi implantada a progressão (de Adjunto A para Adjunto B, por exemplo). Há ainda caso de professores que, apesar de se dedicar exclusivamente à universidade, não recebem o vencimento referente ao regime de trabalho TIDE.

O ofício enviado pelo governo estadual aos reitores elevou o tom dos ataques (veja anexo) Além de indicar que as reitorias devem implantar medidas de ajuste, como nos ofícios anteriores, o governo desta vez passou a chantagear os reitores. O governo ameaça que vai suspender o repasse financeiro da universidade caso o reitor não envie informações que possibilitem a implantação do META 4. Na prática, o governo está ameaçando suspender o pagamento do salário de professores e técnicos para que os reitores se dobrem às medidas de ajuste fiscal que resultará na redução dos investimentos do estado nas universidades paranaenses.

A Diretoria da Adunioeste tomou conhecimento de tal ofício no dia 28 de abril. Imediatamente fez contato com a reitoria para confirmar o recebimento de tal documento e solicitou uma audiência com o reitor.

No dia 2 de maio (terça) representantes da Adunioeste reuniram-se com o reitor da Unioeste, prof. Paulo Sérgio Wolff. Em tal reunião a Adunioeste informou ao reitor que espera que o mesmo tome todas as medidas necessárias para preservar a autonomia da Unioeste e os direitos dos servidores docentes e técnicos. O reitor informou que irá convocar reunião ao Conselho Universitário para discutir de forma coletiva o posicionamento da Unioeste em relação a tal ofício.

A Adunioeste vai participar, em Curitiba, no próximo dia 4 de maio (quinta), na parte da manhã, de reunião do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, que congrega todos os sindicatos representativos de docentes e técnicos das universidades estaduais, para discutir ações do movimento para defender a autonomia e os direitos dos servidores. Nesse mesmo dia, na parte da tarde, os sindicatos irão reunir-se com todos os reitores das universidades estaduais para discutir ações comuns em defesa da autonomia das universidades, bem como dos direitos dos docentes e técnicos.

A diretoria da Adunioeste entende que setores majoritários do governo estadual não têm mais disposição para o diálogo. A intenção do governo é restringir o financiamento das universidades impondo, especialmente, uma redução dos gastos com a folha de pagamento. Para tanto não vai medir esforços para atacar as universidades e restringir os direitos dos servidores.

Caberá ao movimento docente e dos servidores técnicos discutir propostas unificadas de enfrentamento ao pior ataque que as universidades têm sofrido desde o governo Lerner (1995-2002).